

PCH JUÍNA SPE S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024**

Este documento foi assinado digitalmente por Bruno De Almeida Silva e Fernando Maggi Scheffer.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código 7EEC-CC1C-15EA-00BD.

PCH JUÍNA SPE S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

PCH JUÍNA SPE S.A.
CNPJ: 19.448.874/0001-34

Balanços patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

Ativo				Passivo e Patrimônio Líquido			
	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.624.422	11.537.595	Empréstimos e financiamentos	9	11.509.368	11.555.615
Contas a receber	5	4.637.287	4.478.936	Fornecedores e contas a pagar		1.990	69.084
Estoques		498.556	477.090	Obrigações trabalhistas e tributárias		874.628	830.617
Impostos a recuperar		25.713	454			12.385.986	12.455.316
Adiantamentos		8.368	57.767	Não circulante			
Outros créditos	6	52.973	15.663	Empréstimos e financiamentos	9	81.532.043	92.052.306
		18.847.319	16.567.505	Partes relacionadas	7	72.676.258	79.647.547
Não circulante				Provisão para contingências	10	-	177.217
Outros créditos	6	3.203	3.203			154.208.301	171.877.070
Partes relacionadas	7	143.961	99.938	Patrimônio líquido			
Imobilizado	8	190.706.738	195.974.640	Capital social	11	16.822.750	16.822.750
		190.853.902	196.077.781	Reserva de lucros		26.284.184	11.490.150
Total do ativo						43.106.934	28.312.900
		209.701.221	212.645.286	Total do passivo e patrimônio líquido		209.701.221	212.645.286

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Campos de Júlio-MT, 31 de dezembro de 2024.

ASSINADO DIGITALMENTE
FERNANDO MAGGI SCHEFFER
DIRETOR
CPF: 353.455.601-10

ASSINADO DIGITALMENTE
BRUNO DE ALMEIDA SILVA
GERENTE CONTÁBIL E FISCAL
CRC-MT 013180/O-7

PCH JUÍNA SPE S.A.
CNPJ: 19.448.874/0001-34

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

	Nota	2024	2023
Receita líquida	12	52.374.906	49.503.687
Custos		(12.776.093)	(14.018.232)
Lucro bruto		39.598.813	35.485.455
Receitas e (despesas) operacionais			
Administrativas	13	(1.904.647)	(3.611.705)
Tributárias		(38.254)	(23.813)
Outras receitas e (despesas) líquidas		177.110	1.422
		(1.765.791)	(3.634.096)
Resultado antes do resultado financeiro líquido		37.833.022	31.851.359
Resultado financeiro líquido	14	(10.248.623)	(11.375.947)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		27.584.399	20.475.412
Imposto de renda e contribuição social - corrente		(1.790.365)	(2.019.825)
Lucro líquido do exercício		25.794.034	18.455.587
Lucro líquido por Ação (Em R\$)		1,53	1,10

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Campos de Júlio-MT, 31 de dezembro de 2024.

ASSINADO DIGITALMENTE
FERNANDO MAGGI SCHEFFER
DIRETOR
CPF: 353.455.601-10

ASSINADO DIGITALMENTE
BRUNO DE ALMEIDA SILVA
GERENTE CONTÁBIL E FISCAL
CRC-MT 013180/O-7

Este documento foi assinado digitalmente por Bruno De Almeida Silva e Fernando Maggi Scheffer.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código 7EEC-CC1C-15EA-00BD.

PCH JUÍNA SPE S.A.
CNPJ: 19.448.874/0001-34

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	25.794.034	18.455.587
Total do resultado abrangente do exercício	25.794.034	18.455.587
Total do resultado abrangente atribuível aos acionistas	25.794.034	18.455.587

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Campos de Júlio-MT, 31 de dezembro de 2024.

ASSINADO DIGITALMENTE
FERNANDO MAGGI SCHEFFER
DIRETOR
CPF: 353.455.601-10

ASSINADO DIGITALMENTE
BRUNO DE ALMEIDA SILVA
GERENTE CONTÁBIL E FISCAL
CRC-MT 013180/O-7

Este documento foi assinado digitalmente por Bruno De Almeida Silva e Fernando Maggi Scheffer.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código 7EEC-CC1C-15EA-00BD.

PCH JUÍNA SPE S.A.
CNPJ: 19.448.874/0001-34

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Valores expressos em Reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Total
		Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	
Saldos em 1º de janeiro de 2023	16.822.750	301.728	5.732.835	22.857.313
Lucro líquido do exercício	-	-	18.455.587	18.455.587
Constituição de reservas	-	922.780	(922.780)	-
Distribuição de lucros	-	-	(13.000.000)	(13.000.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	16.822.750	1.224.508	10.265.642	28.312.900
Lucro líquido do exercício	-	-	25.794.034	25.794.034
Constituição de reservas	-	1.289.701	(1.289.701)	-
Distribuição de lucros	-	-	(11.000.000)	(11.000.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	16.822.750	2.514.209	23.769.975	43.106.934

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Campos de Júlio-MT, 31 de dezembro de 2024.

ASSINADO DIGITALMENTE
FERNANDO MAGGI SCHEFFER
DIRETOR
CPF: 353.455.601-10

ASSINADO DIGITALMENTE
BRUNO DE ALMEIDA SILVA
GERENTE CONTÁBIL E FISCAL
CRC-MT 013180/O-7

PCH JUÍNA SPE S.A.
CNPJ: 19.448.874/0001-34

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	27.584.399	20.475.412
Itens que não afetam o caixa operacional:		
Depreciação e amortização ativo imobilizado	5.442.937	5.436.208
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	11.077.808	12.788.875
Provisão para contingências	(177.217)	-
	16.343.528	18.225.083
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber	(158.351)	(506.868)
Estoques	(21.466)	(48.098)
Adiantamentos	49.399	(56.267)
Impostos a recuperar	(25.259)	-
Partes relacionadas	(44.023)	(99.938)
Outros créditos	(37.310)	9.066
	(237.010)	(702.105)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores e contas a pagar	(67.094)	54.047
Partes relacionadas	2.998	25.780
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.775.537)	(2.008.911)
Obrigações trabalhistas e tributárias	29.183	207.697
	(1.810.450)	(1.721.387)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	41.880.467	36.277.003
Fluxo de caixa da atividade de investimento		
Imobilizado	(175.035)	(169.141)
Caixa líquido aplicado na atividade de investimento	(175.035)	(169.141)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(10.520.263)	(10.520.263)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(11.124.055)	(12.660.484)
Pagamento de partes relacionadas	(4.271.928)	(6.115.864)
Juros pagos de partes relacionadas	(2.702.359)	(1.041.313)
Distribuição de lucros	(11.000.000)	(13.000.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(39.618.605)	(43.337.924)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.086.827	(7.230.062)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.537.595	18.767.657
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	13.624.422	11.537.595
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.086.827	(7.230.062)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Campos de Júlio-MT, 31 de dezembro de 2024.

ASSINADO DIGITALMENTE
FERNANDO MAGGI SCHEFFER
DIRETOR
CPF: 353.455.601-10

ASSINADO DIGITALMENTE
BRUNO DE ALMEIDA SILVA
GERENTE CONTÁBIL E FISCAL
CRC-MT 013180/O-7

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

1. Contexto operacional

A PCH Juína SPE S.A. (“Companhia”), sociedade anônima, fundada em 2013, localizada no município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, tem como objeto social o desenvolvimento, implantação, construção, operação, geração e comercialização de energia elétrica, da Pequena Central Hidrelétrica, que possui potencial hidráulico instalado de 25,0 MWh e suas atividades são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia (MME).

A Companhia obteve sua autorização junto ao Ministério de Minas e Energia em 22 de março de 2017, com prazo de vigor de 35 anos, podendo ser prorrogado, a pedido da interessada e a critério da ANEEL.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A autorização para a conclusão das demonstrações foi dada pela Diretoria em 14 de março de 2025.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras e instrumentos financeiros e certos ativos e passivos que são mensurados pelo valor justo, contra o resultado do exercício.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As demonstrações da Companhia, incluem, portanto, estimativas da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)**

contingentes, e outras similares. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa n° 8** - Imobilizado;
- **Nota explicativa n° 10** - Provisão para contingências.

2.4. Demonstração dos resultados abrangentes

Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor as demonstrações dos resultados abrangentes.

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2. Ativos financeiros

a) Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”); ou (iii) valor justo por meio do resultado (“FVTPL”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

c) Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou Grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasso”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

3.3. Passivos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem empréstimos e financiamentos e fornecedores e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos e fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

c) Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

d) Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)**

3.4. Contas a receber

Registrados pelo valor nominal dos títulos representativos desses direitos e se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As provisões para perdas de crédito esperadas são constituídas, quando aplicável, por montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização do contas a receber.

3.5. Ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor de custo, observadas as variações de perdas monetárias incorridas, quando aplicáveis, e deduzidos de provisão para refletir o valor de realização, quando necessário.

3.6. Estoques

Os estoques compreendem produtos em almoxarifado para consumo nas atividades operacionais da Companhia. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos de gastos relativos a transportes e impostos não recuperáveis.

3.7. Imobilizado

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados com base no custo histórico, deduzidos das respectivas depreciações.

A depreciação é calculada pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens.

Os custos subsequentes à aquisição são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis, utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da PCH Juína SPE S.A. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Os terrenos não sofrem depreciação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

3.8. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas para passivos de termo ou valores incertos que surgiram como resultado de transações passada.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela administração da Companhia e seus assessores jurídicos:

- **Ativos contingentes** - Trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações contábeis apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco “Praticamente Certo”), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- **Passivos contingentes** - Decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

3.10. Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro conforme o regime de tributação de lucro presumido, os cálculos do exercício corrente são realizados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes.

Os impostos correntes são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

3.11. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

Os resultados das operações compreendem as receitas, custos e despesas, sendo apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.12. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre investimentos e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros.

O resultado financeiro líquido inclui principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras, despesas bancárias e juros pagos sobre empréstimos e financiamentos.

3.13. Benefícios a empregados

A PCH Juína SPE S.A., não tem planos de benefícios de demissão para funcionários.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas com base em regime de competência, como despesas/custo de pessoal conforme sua natureza.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

Os principais benefícios que a Companhia oferece são planos de saúde, auxílio educação, vale alimentação e seguro de vida.

3.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial;
- Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

b) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

3.15. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

Para as seguintes normas ou alterações a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) **Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2)** - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025;
- b) **Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48** - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
- c) **Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48** - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
- d) **IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras** - A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Depósitos bancários	124.887	126.601
Aplicações financeiras	13.499.535	11.410.994
	<u><u>13.624.422</u></u>	<u><u>11.537.595</u></u>

Composição das aplicações financeiras:

<u>Modalidade</u>	<u>Rentabilidade</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
CDB-DI	20% do CDI à 97% do CDI	6.839.782	6.189.249
Fundo de Investimento	8,0881% a.a.	6.659.753	5.221.745
		<u><u>13.499.535</u></u>	<u><u>11.410.994</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

5. Contas a receber

O montante a receber refere-se a venda de energia para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica via contrato de energia de reserva.

O valor a receber em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 4.637.287 (em 31 de dezembro de 2023, R\$ 4.478.936).

6. Outros créditos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Seguros a apropriar	52.973	15.663
Depósitos judiciais	3.203	3.203
	<u>56.176</u>	<u>18.866</u>
Circulante	52.973	15.663
Não circulante	3.203	3.203

7. Partes relacionadas

	<u>2024</u>		<u>2023</u>	
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Hidroelétrica Rio Alegre Ltda.	143.961	-	99.938	-
Eraí Maggi Scheffer	-	27.242.805	-	29.858.163
Elusmar Maggi Scheffer	-	23.610.431	-	25.877.074
Fernando Maggi Scheffer	-	21.794.244	-	23.886.530
Bom Futuro Agrícola Ltda.	-	28.778	-	25.780
	<u>143.961</u>	<u>72.676.258</u>	<u>99.938</u>	<u>79.647.547</u>

A Administração identificou como partes relacionadas às operações entre a Companhia, pessoas e outras empresas ligadas, conforme definido no Pronunciamento CPC 5 (R1). As operações junto às partes relacionadas foram realizadas em condições normais de mercado.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2024, não houve remuneração do pessoal-chave da Administração.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

8. Imobilizado

<u>Custo</u>	<u>Taxa anual de depreciação</u>	<u>Saldo em 01/01/2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo em 31/12/2024</u>
Prédios e instalações		114.543.007	-	-	114.543.007
Máquinas, equipamentos e implementos		101.803.265	38.576	64.324	101.906.165
Equipamentos e instalações de escritório		752.233	6.595	-	758.828
Máquinas e implementos em construção		76.832	124.040	(64.324)	136.548
Embarcações		6.400	-	-	6.400
Adiantamento para aquisição de imobilizado		-	5.824	-	5.824
		<u>217.181.737</u>	<u>175.035</u>	<u>-</u>	<u>217.356.772</u>
Depreciação					
Máquinas, equipamentos e implementos	2,5% a 14,29%	(12.348.968)	(3.174.855)	-	(15.523.823)
Prédios e instalações	2% a 3,33%	(8.632.186)	(2.203.963)	-	(10.836.149)
Equipamentos e instalações de escritório	4% a 16,67%	(222.513)	(63.205)	-	(285.718)
Embarcações	14,29%	(3.430)	(914)	-	(4.344)
		<u>(21.207.097)</u>	<u>(5.442.937)</u>	<u>-</u>	<u>(26.650.034)</u>
		<u>195.974.640</u>	<u>(5.267.902)</u>	<u>-</u>	<u>190.706.738</u>
<u>Custo</u>	<u>Taxa anual de depreciação</u>	<u>Saldo em 01/01/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo em 31/12/2023</u>
Prédios e instalações		114.543.007	-	-	114.543.007
Máquinas, equipamentos e implementos		101.729.658	64.807	8.800	101.803.265
Equipamentos e instalações de escritório		724.731	27.502	-	752.233
Máquinas e implementos em construção		-	76.832	-	76.832
Embarcações		6.400	-	-	6.400
Veículos		8.800	-	(8.800)	-
		<u>217.012.596</u>	<u>169.141</u>	<u>-</u>	<u>217.181.737</u>
Depreciação					
Máquinas, equipamentos e implementos	2% a 14,29%	(9.176.022)	(3.170.012)	(2.934)	(12.348.968)
Prédios e instalações	2% a 3,33%	(6.428.224)	(2.203.962)	-	(8.632.186)
Equipamentos e instalações de escritório	4% a 20%	(161.404)	(61.109)	-	(222.513)
Embarcações	14,29%	(2.515)	(915)	-	(3.430)
Veículos	14,29%	(2.724)	(210)	2.934	-
		<u>(15.770.889)</u>	<u>(5.436.208)</u>	<u>-</u>	<u>(21.207.097)</u>
		<u>201.241.707</u>	<u>(5.267.067)</u>	<u>-</u>	<u>195.974.640</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

9. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Juros a.a. (%)	2024	2023
FCO	3,442% + TFC	93.041.411	103.607.921
		93.041.411	103.607.921
Circulante		11.509.368	11.555.615
Não circulante		81.532.043	92.052.306

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante estão assim distribuídos:

2026	2027	2028	2029	2030	Após 2030	Total
10.520.264	10.520.264	10.520.264	10.520.264	10.520.264	28.930.723	81.532.043

Garantias

Garantia fiduciária dos bens objeto do financiamento FCO, penhor de ações e cessão fiduciária de direitos de venda de energia e da conta reserva do projeto.

Covenants

Em 2024, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), foi igual 1,45, atendendo as cláusulas de Covenants do FCO - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste.

10. Provisão para contingência

Com base em pareceres de seus assessores jurídicos, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui provisão para contingência para os processos com estimativa de perda provável, conforme a seguir:

Contingência	2024	2023
Processos cíveis	-	177.217
	-	177.217

Apoiado em seus assessores jurídicos, não há processos com estimativa de perdas possíveis a serem divulgadas, conforme requerido pelas normas contábeis.

11. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da Companhia, é de R\$ 16.822.750 (em 2023, o mesmo valor).

Reserva de lucros

A reserva legal corresponde a 5% do lucro líquido (até 20% do capital social) e visa preservar a integridade do capital. Ela só pode ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital e não é constituída se a Companhia registrar prejuízo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

Reserva de lucros é composta pela retenção do saldo remanescente de lucros acumulados ao longo dos exercícios, descontados de eventuais prejuízos ocorridos perfazendo em R\$ 26.284.184 em 2024 (em 2023, R\$ 11.490.150).

12. Receita líquida

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita bruta	54.359.010	51.379.021
Deduções da receita		
Impostos	(1.984.104)	(1.875.334)
	<u>(1.984.104)</u>	<u>(1.875.334)</u>
Receita líquida	<u>52.374.906</u>	<u>49.503.687</u>

13. Administrativas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Manutenções	(706.131)	(2.125.290)
Outras despesas	(633.273)	(542.979)
Serviços de terceiros	(323.806)	(677.146)
Gastos com pessoal	(204.888)	(207.392)
Combustíveis	(36.549)	(58.898)
	<u>(1.904.647)</u>	<u>(3.611.705)</u>

14. Resultado financeiro líquido

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Despesas		
Juros	(11.079.449)	(12.799.632)
Despesas bancárias	(223.938)	(214.293)
Descontos concedidos	(21.309)	-
	<u>(11.324.696)</u>	<u>(13.013.925)</u>
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.076.073	1.637.847
Juros	-	118
Variação monetária	-	13
	<u>1.076.073</u>	<u>1.637.978</u>
	<u>(10.248.623)</u>	<u>(11.375.947)</u>

15. Gerenciamento de riscos

De acordo com sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento da Companhia, a avaliação potencial destes riscos. Assim, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais, podem existir riscos com ou sem garantias.

Os riscos relacionados à exposição financeira são monitorados periodicamente e a utilização de instrumentos de proteção para administrar as exposições aos riscos é aprovada pela Administração. Essa análise inclui o monitoramento dos níveis de exposição a cada risco de mercado e sua mensuração em conjunto com a previsão de fluxos de caixa futuros.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)**

Os principais fatores de risco de mercado que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

a) Risco de taxas de juros e índices

A Companhia opera com linhas de créditos de instituições financeiras para financiar suas atividades. Este risco refere-se, principalmente, à possibilidade de flutuação nas taxas de juros de mercado que afetam passivos e ativos da PCH Juína SPE S.A.

A PCH Juína SPE S.A., monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteção contra a volatilidade dessas taxas.

b) Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros não derivativos detidos pela PCH Juína SPE S.A., são:

- Contas a receber;
- Empréstimos e financiamentos;
- Fornecedores e contas a pagar.

16. Aspectos ambientais

A geração de energia está sujeita às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados aos assuntos ambientais utilizando procedimentos operacionais seguros, treinamento de seus colaboradores e ações voltadas à proteção e preservação do meio ambiente.

Com base nas atuais leis e regulamentos em vigor, a Administração da Companhia acredita que não há necessidade de efetuar nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais.

17. Cobertura de seguros (não auditado)

A política da Companhia é manter cobertura de seguros para resguardar seus ativos de eventuais sinistros, por montantes considerados tecnicamente adequados por sua Administração, de acordo com a natureza da sua atividade e a orientação dos seus consultores de seguros.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Campos de Júlio-MT, 31 de dezembro de 2024.

ASSINADO DIGITALMENTE

FERNANDO MAGGI SCHEFFER
DIRETOR
CPF: 353.455.601-10

ASSINADO DIGITALMENTE

BRUNO DE ALMEIDA SILVA
GERENTE CONTÁBIL E FISCAL
CRC-MT 013180/O-7

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/7EEC-CC1C-15EA-00BD> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7EEC-CC1C-15EA-00BD



Hash do Documento

F2B6CFD24663F3656FD0C0C581A868C0A59F71EE4977B82A0E691CFBF51499B4

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 07/04/2025 é(são) :

Bruno de Almeida Silva (Signatário) - 737.851.801-87 em

07/04/2025 18:17 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

Fernando Maggi Scheffer (Signatário) - 353.455.601-10 em

07/04/2025 14:54 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

